



Partes:
 ENVOLVIDO - COMARCA DE OURILÂNDIA DO NORTE
 REQUERENTE - CORREGEDORIA DE JUSTICA DAS COMARCAS DO INTERIOR

Comarca: Ourilândia do Norte.

Unidade Judiciária: Vara Única da Comarca

Magistrado: César Leandro Pinto Machado.

Diretor de Secretaria: Robson Godoy Bello.



ANÁLISE DAS RESPOSTAS ÀS QUESTÕES DE CONTROLE

1. SECRETARIA

1.1 A secretaria faz uso do módulo de tramitação interna no sistema de acompanhamento processual, de forma a facilitar sua localização?

Resposta da UJ: Sim.

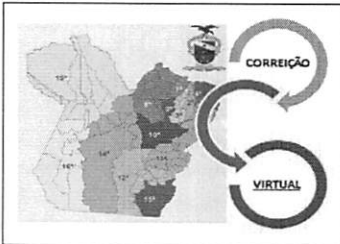
Complementação: Antes de mais nada, cabe ressaltar que o Diretor de Secretaria Robson Godoy Bello, Mat. 79600 assumiu a Direção da Secretaria em 13/10/2016, através da Portaria nº 5448-2016-GP, após pedido de Vacância do anterior Marcelo da Silva Viana. Pois bem. No ano de 2016 a Secretaria Judicial adotou um método de organização dos processos nos armários que se adequasse à ordem cronológica do Novo CPC. Assim, todos os processos foram, durante dois meses, após o horário de expediente, retransmitidos no Libra e organizados nos armários em caixas, separadas por mês e ano. Etiketando-os em sua lateral para melhor visualização tendo em vista que ficaram organizados verticalmente dentro de cada caixa, nos armários. Com isso, a necessidade de espaço físico para alocar todos os processos se fez necessária, razão pela qual solicitamos ao TJPA mais armários.

Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao Sistema de Acompanhamento Processual Libra, verificou-se, em todos os processos analisados, que a unidade judiciária vem fazendo uso do módulo de tramitação interna no referido sistema.

Recomendações: Não há recomendações a serem feitas.

1.2 Existem processos pendentes de recebimento de tramitação externa, no sistema LIBRA?

Resposta da UJ: Sim.



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO

Complementação: A Secretaria, desde a assunção do atual Diretor, vem tentando colocar em dias o passivo de recebimento de tramitação externa desde 13-10-2016, oportunidade que passou a fazer reuniões periódicas com todos os setores no intuito de detectar as pendências e orientar as prioridades a serem cumpridas.

Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao Sistema de Acompanhamento Processual Libra, verificou-se, em todos os processos analisados, que a unidade judiciária vem sistematicamente fazendo uso do módulo de tramitação externa, tentando, desta forma, manter em dia o recebimento daquela.

Recomendações: Não há recomendações a serem feitas.

1.3 É observado o andamento prioritário dos processos e procedimentos de natureza urgente (réus presos, adolescentes infratores, idosos, etc.)?

Resposta da UJ: Sim.

Complementação: A Secretaria tem se esforçado, com a devida orientação do Magistrado Responsável, em observar o andamento dos feitos prioritários. No momento há uma servidora cedida, que auxilia o Diretor de Secretaria, na tramitação de Réus Presos, possuindo estes armários próprios. O mesmo é feito com as Cartas Precatórias. Processos de Réus Presos, Metas, adolescentes em conflito com a lei, idosos e outros com prioridade legal e de natureza urgente são devidamente identificados pela Secretaria para facilitar e agilizar a tramitação.

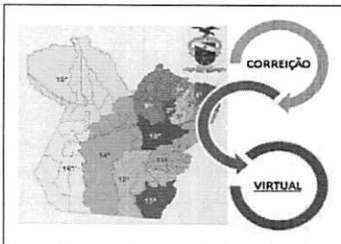
Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao Sistema de Acompanhamento Processual Libra, verificou-se que a unidade judiciária vem promovendo o andamento prioritário de todos os processos de natureza urgente analisados.

Recomendações: Não há recomendações a serem feitas.

1.4 As informações de qualificação das partes são inseridas, complementadas e atualizadas no sistema?

Resposta da UJ: Sim.

Complementação: Não houve complementação.



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO

Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao Sistema de Acompanhamento Processual Libra, verificou-se que a unidade judiciária vem mantendo atualizadas as informações de qualificação das partes nos processos analisados.

Recomendações: Não há recomendações a serem feitas.

1.5 No caso de processos de natureza penal, está sendo efetuado o registro de informações da filiação?

Resposta da UJ: Sim.

Complementação: Nesses casos o Setor de Protocolo sempre verifica as informações contidas nos Autos de Prisão em Flagrante, Inquéritos Policiais e Denúncias do Ministério Público.

Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao Sistema de Acompanhamento Processual Libra, verificou-se que em todos os processos de natureza penal analisados a unidade judiciária efetuou o registro das informações relativas à filiação das partes.

Recomendações: Não há recomendações a serem feitas.

2. AUDIÊNCIA

2.1 Há o registro do motivo de não realização de audiência, no campo OBSERVAÇÃO, no sistema?

Resposta da UJ: Sim.

Complementação: O Setor de Audiências é acompanhado por uma servidora efetiva cedida, Núbia da Cruz Figueiredo, oportunidade que utiliza o sistema Kenta. O acompanhamento é feito com a inserção no sistema Libra do Ato Ordinatório ou do Termo de Audiência, com as justificativas que o caso requer. Cabe ressaltar que a Comarca se encontrava há meses sem Juiz Titular, e eventualmente os magistrados nomeados para responderem por esta Vara única possuem acumulação com outra Comarca, o que muitas vezes gera redesignação das audiências marcadas.



Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao Sistema de Acompanhamento Processual Libra, verificou-se que em todos os processos analisados que a unidade judiciária vem procedendo ao registro do motivo da não realização de audiências no campo OBSERVAÇÃO.

Recomendações: Não há recomendações a serem feitas.

2.2 Todas as audiências são designadas, cadastradas e acompanhadas no sistema pelo Gabinete/Secretaria, sendo observado o enquadramento dos tipos de audiência?

Resposta da UJ: Sim.

Complementação: Não houve complementação.

Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao Sistema de Acompanhamento Processual Libra, verificou-se em todos os processos analisados que as audiências designadas pela unidade judiciária estão sendo cadastradas e acompanhadas, bem como está sendo observado o enquadramento daquelas de acordo com o tipo.

Recomendações: Não há recomendações a serem feitas.

3. MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

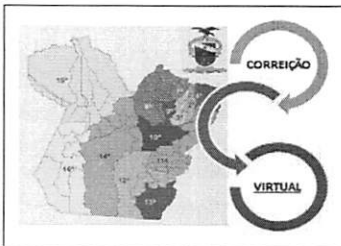
3.1 - Todos os atos processuais são lançados no sistema? (Ofícios, certidões, mandados, alvarás, etc.)?

Resposta da UJ: Sim.

Complementação: Não houve complementação.

Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao Sistema de Acompanhamento Processual Libra, verificou-se que todos os atos processuais estão sendo lançados pela unidade judiciária.

Recomendações: Não há recomendações a serem feitas.



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO

3.2 - Os Mandados de Prisão, Alvarás de Soltura e as Guias de Execução (provisórias e definitivas) são cadastrados no sistema, com transmissão eletrônica? (Provimento Conjunto nº 009/2014 e 005/2015)?

Resposta da UJ: Sim.

Complementação: As medidas relatadas são encaminhadas eletronicamente, todavia os presos provisórios custodiados na carceragem da Delegacia de Ourilândia do Norte são soltos através de alvarás de Soltura cumpridos por Oficial de Justiça.

Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao Sistema de Acompanhamento Processual Libra, verificou-se que todos os documentos acima elencados encontram-se cadastrados nos processos analisados.

Recomendações: Não há recomendações a serem feitas.

3.3 - Os eventos de prisão e soltura de réus, com suas respectivas datas, são cadastrados no sistema LIBRA?

Resposta da UJ: Sim.

Complementação: Como dito anteriormente, a servidora cedida responsável pela tramitação de réus presos, com o auxílio do Diretor de Secretaria, toma os cuidados necessários para atualizar a situação dos réus presos à medida que o Magistrado responsável os coloca em liberdade.

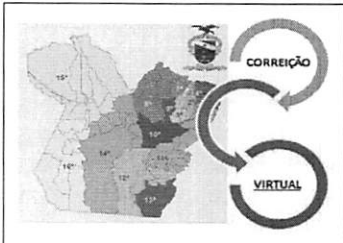
Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao Sistema de Acompanhamento Processual Libra, verificou-se que todas as prisões e solturas de réus nos processos analisados encontram-se devidamente cadastrados.

Recomendações: Não há recomendações a serem feitas.

3.4 - A sentença criminal condenatória, transitada em julgado, é comunicada à Justiça Eleitoral?

Resposta da UJ: Sim.

Complementação: Não houve complementação.



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO

Avaliação da questão pela CJCI: Não foi constatada a ausência de comunicação de sentença condenatória criminal transitada em julgado à Justiça Eleitoral em nenhum dos processos analisados.

Recomendações: Não há recomendações a serem feitas.

3.5 - Os atos processuais ordinatórios são cadastrados no sistema?

Resposta da UJ: Sim.

Complementação: Os atos ordinatórios são devidamente cadastrados no sistema Libra. O Diretor de Secretaria acompanha e aplica o Provimento 006-2006 da CJRM c/c o Provimento 006-2009 da CJCI, com o Manual de Rotinas Cíveis, especialmente em relação aos atos ordinatórios, sempre repassando as informações necessárias para os demais colaboradores, para assim reduzir as conclusões para o Gabinete no sentido de valorizar a celeridade processual.

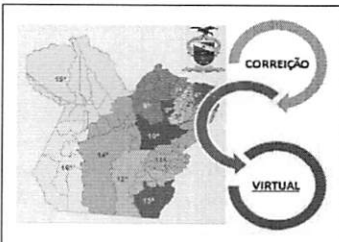
Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao Sistema de Acompanhamento Processual Libra, verificou-se que todos os atos ordinatórios praticados nos processos analisados encontram-se devidamente cadastrados.

Recomendações: Não há recomendações a serem feitas.

3.6 - Os prazos para realização dos atos processuais são cumpridos pela secretaria?

Resposta da UJ: Sim.

Complementação: A Secretaria Judicial cumpre os prazos na medida do possível, sempre priorizando os feitos urgentes e com prioridade legal. Ao assumir a Direção da Secretaria Judicial em Outubro de 2016, o Diretor de Secretaria, com o aval da Direção do Fórum, após reunião e verificação das prioridades, redistribuiu funções, realocando servidores nos setores com maior atraso, à exemplo, o setor de cumprimento (expedição de ofícios, mandados e outros), passando assim de 01 para 02 servidores para o setor. Cabe informar ainda que ao assumir a Secretaria, o Diretor de Secretaria era o único servidor efetivo lotado no setor.



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO

Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao Sistema de Acompanhamento Processual Libra, verificou-se que os prazos para a realização dos atos processuais nos processos analisados estão sendo cumpridos pela Secretaria da unidade judiciária.

Recomendações: Não há recomendações a serem feitas.

3.7 - Há processos de adolescentes infratores internados sem a guia de internação expedida (provisória ou definitiva)?

Resposta da UJ: Não.

Complementação: Não há menores infratores em cumprimento de medida socio-educativa, todavia, nas oportunidades de aplicação de medida, a Secretaria fazia o devido cadastro no Sistema Libra.

Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao Sistema de Acompanhamento Processual Libra, não foram encontrados processos com adolescentes infratores internados sem a expedição da respectiva guia de internação pela unidade judiciária.

Recomendações: Não há recomendações a serem feitas.

4. DEPÓSITOS JUDICIAIS

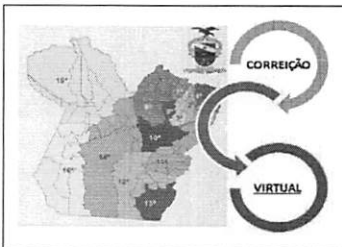
4.1 - Os procedimentos de depósitos judiciais estão sendo realizados por meio do sistema informatizado de Depósito Judicial?

Resposta da UJ: Sim.

Complementação: Não houve complementação.

Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao Sistema de Acompanhamento Processual Libra, verificou-se nos processos analisados que a unidade judiciária utilizou o sistema informatizado de Depósito Judicial para os procedimentos respectivos.

Recomendações: Não há recomendações a serem feitas.



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO

4.2 - Existem processos com depósitos judiciais há mais de três anos sem movimentação?

Resposta da UJ: Sim.

Complementação: Alguns processos encontram-se parados ou suspensos, aguardando o necessário desfecho através de sentença para que seja providenciada a expedição de alvará ou outra determinação judicial que o caso requer.

Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao Sistema de Acompanhamento Processual Libra, verificou-se a existência de subcontas paralisadas há mais de três anos, sendo que em alguns casos os processos encontram-se suspensos.

Recomendações: A unidade judiciária deve observar o disposto no art. 2º, § 2º, da Lei Estadual nº 6.750, de 19.05.2005, devendo, nesse sentido, regularizar as pendências existentes no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da cópia do presente relatório.

5. DEPÓSITOS JUDICIAIS

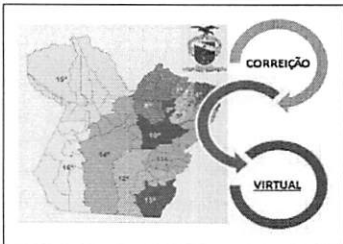
5.1 - As cartas precatórias expedidas são devidamente lançadas no sistema, informando sobre o seu cumprimento e a indicação do juízo deprecado?

Resposta da UJ: Sim.

Complementação: As Cartas Precatórias são acompanhadas na medida que tramitam os processos. O controle é feito através de uma pasta em que todas as Cartas Precatórias expedidas são guardadas, bem como diretamente no processo.

Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao Sistema de Acompanhamento Processual Libra, verificou-se que as cartas precatórias expedidas foram lançadas no sistema, contendo informações acerca de seu cumprimento, bem como a indicação do juízo deprecado.

Recomendações: Não há recomendações a serem feitas.



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO

5.2 - Existem cartas precatórias recebidas e ainda não devolvidas, com prazo excedido?

Resposta da UJ: Sim.

Complementação: As cartas precatórias recebidas são acompanhadas diretamente e com exclusividade, com a correção direta do Diretor de Secretaria, pela servidora efetiva cedida, diariamente, e são acondicionadas em um armário próprio. Há pendências relativas a precatórias encaminhadas em caráter itinerante a outras Comarcas do Estado do Pará, em que é feita a tramitação externa no sistema Libra para a nova Comarca deprecada e esta a recebe fisicamente, todavia não a recebe no sistema Libra, no caso de distribuição.

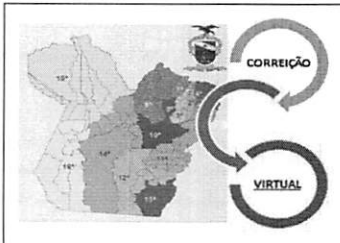
Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao Sistema de Acompanhamento Processual Libra, verificou-se a existência de cartas precatórias recebidas e ainda não devolvidas pela unidade judiciária. É o caso, por exemplo, dos processos nº 0003682-46.2017.8.14.0116, 0003702-37.2017.8.14.0116, e 0003703-22.2017.8.14.0116.

Recomendações: A unidade judiciária deve proceder ao imediato cumprimento e devolução das cartas precatórias recebidas, devendo regularizar todas as pendências nesse sentido existentes, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da cópia do presente relatório.

5.3 - Existem processos com Cartas Precatórias expedidas e ainda não devolvidas, e cujas reiterações devam ser feitas?

Resposta da UJ: Sim.

Complementação: O acompanhamento das cartas precatórias enviadas e não devolvidas é feito de acordo com a tramitação dos processos, e na medida que é detectada a situação referida, expede-se a devida cobrança à Comarca Deprecada. Vale ressaltar, ainda, que este Diretor de Secretaria ajudou a organizar no mês de Abril de 2017 um grupo de WhatsApp em que se encontram mais de 158 Diretores de Secretaria do TJPA, oportunidade em que as Cobranças de Cartas precatórias são encaminhadas Diretamente ao Diretor Membro do Grupo, além do envio tradicional de e-mail e Malote Digital.



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO

Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao Sistema de Acompanhamento Processual Libra, verificou-se a existência de cartas precatórias expedidas pela unidade judiciária e ainda não recebidas. É o caso, por exemplo, dos processos nº 0001861-80.2012.8.14.0116, 0001701-21.2013.8.14.0116, e 0003813-26.2014.8.14.0116.

Recomendações: A unidade judiciária deve utilizar uma ferramenta de controle dos prazos de devolução das cartas precatórias expedidas, visando ao bom andamento dos processos que dependam da realização de diligências no juízo deprecado, devendo adotar todas as providências nesse sentido necessárias, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da cópia do presente relatório.

5.4 - A Secretaria está procedendo a entrega de Mandados Judiciais, via módulo de Central de Mandados, no sistema?

Resposta da UJ: Sim.

Complementação: Há central de mandados instalada, com dois Oficiais de Justiça do Quadro. Os mandados são encaminhados e distribuídos via Sistema Libra.

Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao Sistema de Acompanhamento Processual Libra, verificou-se que a unidade judiciária realiza a entrega de mandados judiciais via módulo de Central de Mandados.

Recomendações: Não há recomendações a serem feitas.

5.5 - Há controle de prazos, inclusive quanto ao tempo máximo de internação provisória, em processos de adolescentes infratores e também ao acolhimento institucional?

Resposta da UJ: Sim.

Complementação: Não houve complementação.

Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao Sistema de Acompanhamento Processual Libra, verificou-se que a unidade judiciária realiza o controle do tempo máximo de internação provisória de adolescentes infratores, bem como de acolhimento institucional.



Recomendações: Não há recomendações a serem feitas.

5.6 - Há controle de prazos para o cumprimento de mandados por parte dos Oficiais de Justiça?

Resposta da UJ: Sim.

Complementação: Não houve complementação.

Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao Sistema de Acompanhamento Processual Libra, verificou-se que a unidade judiciária realiza o controle de prazo para o cumprimento de mandados judiciais por parte dos Oficiais de Justiça.

Recomendações: Não há recomendações a serem feitas.

6. ARQUIVAMENTO

6.1 - A secretaria busca a priorização de arquivamento de processos, tão logo eles estejam aptos e serem eliminados da contabilização ativa do acervo?

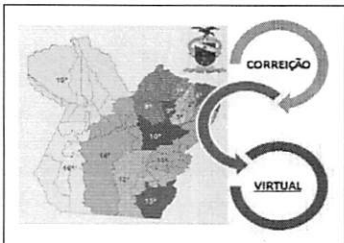
Resposta da UJ: Sim.

Complementação: Toda a equipe da Secretaria Judicial participa efetivamente de todos os mutirões de arquivamento realizados, bem como prioriza o arquivamento assim que estão nessa condição.

Mutirões e resultados na gestão do atual Diretor de Secretaria: de 05 a 09/12/2016, foram arquivados 249 processos; de 23 a 27/01/2017, foram arquivados 132 processos. Em 06 (seis) foram arquivados o equivalente há mais de 10% do acervo em curso da Vara.

Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao Sistema de Acompanhamento Processual Libra, verificou-se que a unidade judiciária busca priorizar o arquivamento de processos, assim que estejam aptos a serem eliminados da contabilização ativa de seu acervo.

Recomendações: Não há recomendações a serem feitas.



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO

6.2 - Existem processos arquivados com apensos em situação diversa da do principal? (Processo "pai" e "filho").

Resposta da UJ: Não.

Complementação: Não houve complementação.

Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao Sistema de Acompanhamento Processual Libra, não foram encontrados na unidade judiciária processos arquivados com apensos em situação diversa da do principal.

Recomendações: Não há recomendações a serem feitas.

7. PUBLICAÇÃO

7.1 - A resenha para publicação é feita diariamente, em observância às Resoluções nº 006/2005-GP e 014/2009?

Resposta da UJ: Sim.

Complementação: A Secretaria Judicial possui um servidora efetiva cedida, responsável pela publicação das resenhas.

Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao Sistema de Acompanhamento Processual Libra, verificou-se que a unidade judiciária procura fazer a resenha sempre que há material a ser publicado.

Recomendações: Não há recomendações a serem feitas.

8. GABINETE

8.1 - Existem processos pendentes de recebimento na Tramitação Externa, no ambiente do sistema LIBRA?

Resposta da UJ: Não.

Complementação: Todos os processos tramitados ao Gabinete são recebidos no sistema Libra, tendo em vista o cuidado da Assessoria, com o devido acompanhamento do Juiz responsável.



Ressalto ainda que no ano de 2016 o gabinete passou a utilizar, assim como a Secretaria Judicial, o sistema que se adequada à ordem cronológica através de tramitações internas e acondicionamento dos processos em caixas, devidamente identificadas e retransmitidas no sistema Libra.

Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao Sistema de Acompanhamento Processual Libra, verificou-se que nenhum dos processos analisados possui pendência de recebimento na tramitação externa.

Recomendações: Não há recomendações a serem feitas.

8.2 - O cadastramento dos despachos, decisões e sentenças é efetuado no sistema pelo Gabinete?

Resposta da UJ: Sim.

Complementação: Não houve complementação.

Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao Sistema de Acompanhamento Processual Libra, verificou-se que o cadastro dos despachos, decisões e sentenças é efetuado no sistema pelo gabinete do magistrado.

Recomendações: Não há recomendações a serem feitas.

9. METAS 2017

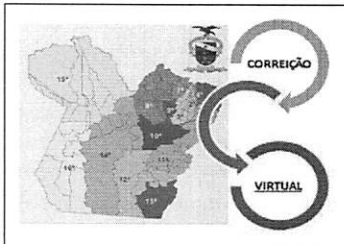
9.1 - META 1 – Julgar mais processos que os distribuídos.

Resposta da UJ: Sim.

Complementação: Não houve complementação.

Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao portal das metas nacionais do TJPA, verificou-se que unidade judiciária não vem cumprindo a Meta 01 do CNJ, haja vista que atualmente cumpriu apenas 72,41% da mesma.

Recomendações: A unidade judiciária deve envidar todos os esforços necessários a fim de dar cumprimento à Meta 01 do CNJ, e, no prazo de 30 (trinta) dias a contar do recebimento da cópia do presente relatório, informar a esta CJCI sobre as medidas adotadas e os resultados até então obtidos.



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO

9.2 - META 2 – Julgar processos mais antigos (80% dos processos distribuídos até 31/12/2012 no 1º grau). Excluir: 80% dos processos distribuídos até 31/12/2012.

Resposta da UJ: Sim.

Complementação: O magistrado que anteriormente respondia pela Vara Única, Dr. André dos Santos Cantos, juntamente com a equipe do Gabinete, cuidou de verificar fisicamente todo o acervo ativo da Vara, nos armários tanto da Secretaria, quanto do Gabinete, um a um, no intuito de localizar e identificar com Tarja.

Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao portal das metas nacionais do TJPA, verificou-se que unidade judiciária não vem cumprindo a Meta 02 do CNJ, haja vista que atualmente cumpriu apenas 06,93% da mesma.

Recomendações: A unidade judiciária deve envidar todos os esforços necessários a fim de dar cumprimento à Meta 02 do CNJ, e, no prazo de 30 (trinta) dias a contar do recebimento da cópia do presente relatório, informar a esta CJCI sobre as medidas adotadas e os resultados até então obtidos.

9.3 - META 4 – Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa (70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas até 31/12/2013).

Resposta da UJ: Sim.

Complementação: Não houve complementação.

Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao portal das metas nacionais do TJPA, verificou-se que unidade judiciária não vem cumprindo a Meta 04 do CNJ, haja vista que, apesar de possuir apenas 03 (três) processos nessa situação, não julgou qualquer um deles, alcançando, dessa forma, a taxa de 0,00% da referida meta.

Recomendações: A unidade judiciária deve envidar todos os esforços necessários a fim de dar cumprimento à Meta 04 do CNJ, e, no prazo de 30 (trinta) dias a contar do recebimento da cópia do presente relatório, informar a esta CJCI sobre as medidas adotadas e os resultados até então obtidos.



9.4 - META 6 – Priorizar o julgamento de 60% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2013 no 1º grau.

Resposta da UJ: Sim.

Complementação: Não houve complementação.

Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao portal das metas nacionais do TJPA, verificou-se que unidade judiciária não vem cumprindo a Meta 06 do CNJ, haja vista que, apesar de possuir apenas 08 (oito) processos nessa situação, não julgou qualquer um deles, alcançando, dessa forma, a taxa de 0,00% da referida meta.

Recomendações: A unidade judiciária deve envidar todos os esforços necessários a fim de dar cumprimento à Meta 06 do CNJ, e, no prazo de 30 (trinta) dias a contar do recebimento da cópia do presente relatório, informar a esta CJCI sobre as medidas adotadas e os resultados até então obtidos.

10. REALIZAÇÃO DE CORREIÇÃO ANUAL

10.1 - É cumprido o art. 11 do Prov. 004/2001? (Realização de Correição Anual na UJ, pelo Juiz de Direito).

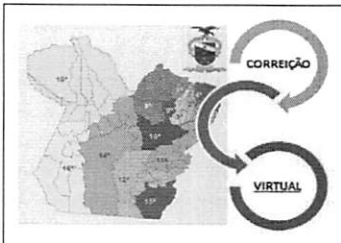
Resposta da UJ: Sim.

Complementação: A última Correição da Comarca realizada pelo Magistrado foi feita em Agosto de 2016 pelo Magistrado Titular à época, Dr. Manoel Antônio Silva Macedo.

Avaliação da questão pela CJCI: Verificou-se que a última Correição Anual na unidade judiciária foi realizada no ano de 2016.

Recomendações: A unidade judiciária deve realizar anualmente Correição Ordinária, a teor do que dispõe o art. 11, do Provimento nº 004/2001-CJCI.

11. QUADRO FUNCIONAL



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO

11.1 - Quem são os colaboradores da Secretaria e do Gabinete? (Anexar a lista do quadro funcional da UJ).

Resposta da UJ: Lista Anexa.

Complementação: Relação do Quadro Funcional da Comarca de Ourilândia do Norte:

SECRETARIA:

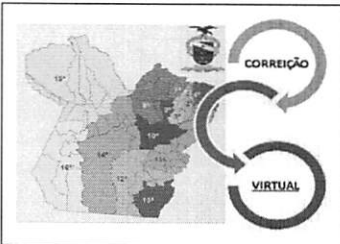
- 1- ROBSON GODOY BELLO – Analista Judiciário – Diretor de Secretaria;
- 2- RAQUEL CAMARGO DA MATA – Servidora cedida pela Prefeitura Municipal de Ourilândia do Norte;
- 3- LILIAN REGINA DA MATA – Servidora cedida pela Prefeitura Municipal de Ourilândia do Norte;
- 4- ADRIZÉLIA LIMA DA SILVA – Servidora cedida pela Prefeitura Municipal de Ourilândia do Norte;
- 5- MARIUZA LOPES SHIMITE – Servidora cedida pela Prefeitura Municipal de Ourilândia do Norte;
- 6- APARECIDA GONÇALVES SOUZA DE OLIVEIRA – Servidora cedida pela Câmara Municipal de Ourilândia do Norte.

GABINETE:

- 1- NÚBIA DA CRUZ FIGUEIREDO – Servidora cedida pela Prefeitura Municipal de Ourilândia do Norte;
- 2- ILEIDEA DIAS CORDEIRO – Servidora cedida pela Prefeitura Municipal de Ourilândia do Norte.

OUTROS SETORES:

- 1- CÁSSIO BRITO PINTO – Oficial de Justiça;
- 2- TALITA RODRIGUES DIAS RIBEIRO – Oficiala de Justiça;
- 3- NILCÉLIA DA CONCEIÇÃO RODRIGUES - Servidora cedida pela Prefeitura Municipal de Ourilândia do Norte – UNAJ;



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO

4- LENI ALVES FEITOSA – Servidora cedida pela Prefeitura Municipal de Ourilândia do Norte – Auxiliar de Serviços Gerais;

Avaliação da questão pela CJCI: Verifica-se que o número de servidores lotados na unidade judiciária é compatível com o seu acervo processual.

Recomendações: Não há recomendações a serem feitas.

12. SISTEMAS CNJ

12.1 - Os dados do sistema Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que Implique Inelegibilidade, são inseridos e atualizados regularmente?

Resposta da UJ: Sim.

Complementação: Os processos nesse perfil encontram-se em grau de recurso no TJPA. Ademais, o Diretor de Secretaria solicitou e passou a ter acesso ao Sistema do CNJ no início de 2017, tendo em vista ter assumido em Outubro de 2017 a função, oportunidade que priorizou a atualização do banco de dados relativos à Infância e Juventude, à exemplo do Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas.

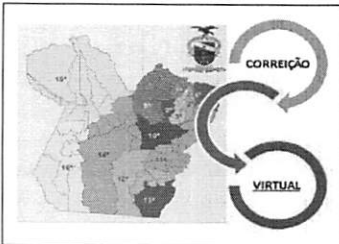
Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao portal das metas nacionais do TJPA, verificou-se que a unidade judiciária possui 03 (três) processos incluídos na Meta 04 do CNJ em andamento.

Recomendações: Caso haja condenação nos processos acima referidos por ato de improbidade administrativo ou por ato que implique inelegibilidade, esta deverá ter seus dados devidamente inseridos no sistema nacional.

12.2 - Os dados do sistema Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais, são inseridos e atualizados regularmente?

Resposta da UJ: Sim.

Complementação: Não houve complementação.



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO

Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao sistema verificou-se pendências na alimentação de dados referentes aos meses de fevereiro, março, abril, maio, junho, setembro, outubro, novembro e dezembro do ano de 2017; e aos meses de abril, maio, junho e julho do ano de 2018.

Unidade: Delegacia de Polícia do Município de Ourilândia do Norte.

Recomendações: O magistrado deve fazer o cadastro das inspeções realizadas nos estabelecimentos penais no sistema respectivo. Ressalta-se que a inspeção em estabelecimentos penais é um dos requisitos de avaliação e critério objetivo para a aferição de merecimento para a promoção de magistrados, conforme preceituam o art. 7º, I, item “g”, da Resolução nº 106, do CNJ, e art. 16, I, item “f”, da Resolução nº 012/2011-GP/TJPA.

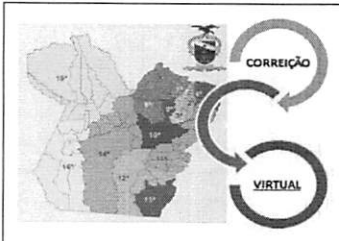
12.3 - Os dados do Sistema Nacional de Bens Apreendidos, são inseridos e atualizados regularmente?

Resposta da UJ: Sim.

Complementação: O cadastro dos bens apreendidos foram feitos no Sistema Libra, todavia o Diretor de Secretaria desde que assumiu em outubro de 2016 passou a priorizar os bancos de Dados do CNJ, razão pela qual encontra-se atualizado o Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas, passando a atualizar, em conjunto com os demais servidores da Serventia, o Cadastro Nacional de Bens Apreendidos.

Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao Sistema Nacional de Bens Apreendidos, constata-se o registro de 199 bens cadastrados, sendo que o mais recente refere-se a um processo do ano de 2012, o que leva a crer que o referido sistema não vem sendo alimentado.

Recomendações: A unidade judiciária deve sanar as divergências encontradas entre o Sistema Libra e o Sistema Nacional de Bens Apreendidos. Todos os bens apreendidos devem ser cadastrados em ambos os sistemas. O SNBA foi instituído através da Resolução nº 63/2008, do CNJ, que dispõe, em seu art. 2º, que todos os bens apreendidos devem ser cadastrados no respectivo sistema, sendo obrigatória a indicação do valor estimado ou resultante de avaliação, em caso de bens imóveis,



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO

veículos automotores, aeronaves, embarcações e moedas em espécie. Ressalta-se que a Corregedoria Nacional de Justiça estipulou como meta para o ano de 2017 a adaptação do sistema informatizado de tramitação processual, a fim de permitir o envio automatizado de informações ao SNBA.

12.4 - Os dados do Sistema Nacional de Controle de Interceptações, são inseridos e atualizados regularmente?

Resposta da UJ: Sim.

Complementação: Não houve complementação.

Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao sistema verificou-se pendências na alimentação de dados referentes aos meses de janeiro a dezembro do ano de 2017; e aos meses de abril, maio, junho e julho do ano de 2018.

Recomendações: A alimentação desse sistema é obrigatória, mesmo não havendo interceptação no mês em referência. Deve o magistrado fazer o cadastro no Sistema Nacional de Controle de Interceptações do CNJ, relativamente aos meses em que estiver em atuação na unidade judiciária (Resolução nº 089-CNJ).

12.5 - Os dados do sistema Cadastro Nacional de Adoção, são inseridos e atualizados regularmente?

Resposta da UJ: Sim.

Complementação: Não houve complementação.

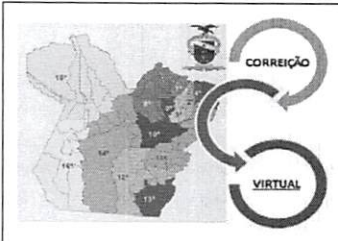
Avaliação da questão pela CJCI: Não há crianças aptas à adoção, nem pretendentes habilitados à adoção cadastrados na Comarca de Ourilândia do Norte.

Recomendações: Não há recomendações a serem feitas.

12.6 - Os dados do sistema Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas, são inseridos e atualizados regularmente?

Resposta da UJ: Sim.

Complementação: As crianças acolhidas nesta Vara Única estão cadastradas no Sistema Nacional de Crianças Acolhidas.



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO

Avaliação da questão pela CJCI: Em consulta ao sistema, verificou-se o registro de 21 cadastros efetuados.

Recomendações: Não há recomendações a serem feitas.

12.7 - Os dados do sistema Cadastro Nacional de Inspeções em Unidades de Internação e Semiliberdade, são inseridos e atualizados regularmente?

Resposta da UJ: Não.

Complementação: Não há unidade de internação ou semiliberdade na Comarca de Ourilândia do Norte.

Avaliação da questão pela CJCI: Verificou-se que não há unidade de internação e semiliberdade na Comarca de Ourilândia do Norte.

Recomendações: Não há recomendações a serem feitas.

Belém, 27 de agosto de 2018.

José Antônio Ferreira Cavalcante
Juiz Auxiliar da CJCI

Carlos Pinto da Silva Jr.

Servidor da CJCI